

CURT TRENNEPOHL
TERENCE TRENNEPOHL
NATASCHA TRENNEPOHL

INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Comentários ao Decreto 6.514/2008

3ª edição revista, atualizada e ampliada

Prefácio do Ministro
Luiz Alberto Gurgel de Faria

De acordo
com o
Decreto
9.760/2019

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Assistente Administrativo: Tatiana Leite

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damara Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho, Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Trennepohl, Curt
 Infrações ambientais : comentários ao Decreto 6.514/2008 / Curt
 Trennepohl, Terence Trennepohl, Natascha Trennepohl. -- 3. ed. rev., atual. e
 ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia
 ISBN 978-85-5321-812-7

1. Direito ambiental - Brasil 2. Impacto ambiental - Brasil 3. Licenças
 ambientais - Brasil 4. Política ambiental - Brasil 5. Proteção ambiental - Brasil I.
 Trennepohl, Terence. II. Trennepohl, Natascha. III. Título.

19-29214

CDU-34:502.7:35.078.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Licenciamento ambiental : Direito 34:502.7:35.078.1(81)
 Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

Prefácio.....	5
Nota Introdutória.....	7
1. A evolução das normas e a atuação do poder público na sua aplicação.....	15
1.1 O meio ambiente nas Constituições.....	15
1.2 O meio ambiente na legislação ordinária.....	20
1.3 Os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental.....	25
1.4 A criação do IBAMA.....	27
1.5 A repartição da competência federal.....	28
1.6 As multas administrativas.....	30
2. O exercício do poder de polícia do Estado no controle das atividades nocivas ao meio ambiente.....	33
2.1 Penalidades por transgressão das normas ambientais.....	33
2.2 A comunicação do crime ambiental.....	36
2.3 As sanções administrativas e sua aplicação.....	40
2.4 O Auto de Infração.....	41
2.5 A infração administrativa na Lei dos Crimes Ambientais.....	47
2.6 Atividades condicionadas à aprovação prévia.....	51
2.7 As restrições de uso da propriedade.....	53
2.8 A competência para o licenciamento.....	57
2.9 A Ação Civil Pública para reparação do dano ambiental.....	67
2.10 Reserva Legal, manutenção e recomposição.....	69
Comentários aos artigos do Decreto 6.514, de 22.07.2008.....	76
3. Infrações administrativas contra o meio ambiente.....	77
3.1. Condutas infracionais e processo de apuração.....	77
3.2 Definição de infração administrativa ambiental.....	78
3.3 Sanções por infrações administrativas.....	79
3.4 Critérios para a dosagem das penalidades.....	89
3.5 Advertência.....	93
3.6 Aplicação cumulativa de advertência com outras sanções.....	99
3.7 Interstício mínimo para a aplicação de nova advertência.....	100

3.8	Dosagem da multa	100
3.9	Valor mínimo e máximo das multas	102
3.10	Multa diária.....	104
3.11	Reincidência e agravamento das sanções.....	106
3.12	Duplicidade de autuação	110
3.13	Destinação de recursos para o Fundo Nacional do Meio Ambiente.....	112
3.14	Apreensão de produtos e subprodutos	114
3.15	Destruição de produtos e suspensão de obras ou atividades	115
3.16	Limites do embargo ou interdição	116
3.17	Cessação do embargo ou interdição.	118
3.18	Embargo de áreas desmatadas ou queimadas irregularmente.....	119
3.19	Embargo de Plano de Manejo Florestal	122
3.20	Sanções por descumprimento de embargo	124
3.21	Demolição de obra	125
3.22	Sanções restritivas de direito	128
3.23	Prazos prescricionais	130
3.24	Interrupção da prescrição	133
3.25	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA.....	134
4.	Infrações contra a fauna.....	141
4.1	Danos diretos contra a fauna	143
4.1.1	Fauna silvestre, exótica e doméstica.....	146
4.1.2	Espécies ameaçadas de extinção	148
4.1.3	Licenç�a da autoridade competente	149
4.1.4	Manutenção e depósito.....	151
4.1.5	Quantidade autorizada e quantidade existente	154
4.1.6	Coleta de material cientifico.....	155
4.1.7	Multa por estimativa.....	155
4.2	Introdução de espécimes sem licenç�a.....	156
4.3	Exportação de peles e couros de anfíbios e r�pteis.....	157
4.4	Prática de caça profissional.....	158
4.5	Produtos e instrumentos para a caça	161
4.6	Abusos e maus-tratos.....	162
4.7	Molestar cetáceos, pinípedes e sirênios	167
4.8	Registro de acervo de zoológicos e criadouros	168
4.9	Declaração de estoque de animais	171
4.10	Utilização de imagem de animais	173
4.11	Degradação de criatórios públicos de peixes	174
4.12	Pesca proibida.....	174
4.13	Pesca com explosivos ou substâncias tóxicas.....	179
4.14	Pesca sem registro ou autorização	180
4.15	Introdução de espécimes aquáticas sem autorização	181

4.16	Exploração de invertebrados aquáticos, algas e recifes.....	183
4.17	Espécies sobreexploradas.....	185
4.18	Mapas de bordo.....	186
4.19	Definição de pesca	188
5.	Infrações contra a flora.....	191
5.1	Destruir ou danificar espécimes vegetais em Área de Preservação Permanente.....	192
5.2	Árvores em Área de Preservação Permanente ou especialmente protegidas.....	205
5.3	Extração de minerais de florestas públicas ou áreas de preservação permanente.....	206
5.4	Fabricação de carvão	208
5.5	Transporte e comercialização de produtos florestais	210
5.5.1	O sistema de autorização e controle da exploração florestal....	214
5.5.2	A Autorização para Transporte de Produto Florestal – ATPF...	215
5.5.3	Documento de Origem Florestal – DOF.....	223
5.5.4	Mensuração da multa administrativa	229
5.6	Regeneração de vegetação.....	230
5.7	Danos a florestas ou vegetação não passível de exploração.....	235
5.8	Danos a florestas ou vegetação passível de exploração.....	239
5.9	Danos a florestas ou vegetação em reserva legal ou servidão florestal	240
5.9.1	Manejo florestal irregular	243
5.10	Desmatamento a corte raso.....	244
5.11	Exploração ou danos a vegetação sem autorização ambiental.....	244
5.12	Utilizar produto de área embargada.....	246
5.13	Falta de averbação da Reserva Legal.....	248
5.14	Plantas de ornamentação	255
5.15	Comércio e uso de motosserra.....	257
5.16	Uso de fogo	259
5.16.1.	O uso do fogo na cultura de cana-de-açúcar	259
5.16.2	O uso do fogo para a renovação de pastagens	264
5.16.3	O uso do fogo após o desmatamento.....	270
5.16.4	O uso do fogo em mata ou floresta.....	271
5.17	Venda e uso de balões.....	272
5.18	Agravantes nos danos à flora	273
5.19	Autorização de corte de espécies plantadas.....	274
6.	Poluição	275
6.1.	Outros tipos de poluição	279
7.	Atividades minerárias	287
8.	Agrotóxicos.....	291

12 | INFRAÇÕES AMBIENTAIS

9. Emissão de poluentes por veículos e motores	297
10. Licenciamento ambiental.....	301
11. Disseminação de praga ou doença.....	313
12. Veículos e pneus	315
12.1 Condução de veículo adulterado	315
12.2 Licença para uso da configuração de veículo ou motor	317
12.3 Pneus usados	318
12.4 Alteração de características de veículos e motores	321
13. Ordenamento urbano e patrimônio cultural	325
13.1 Danos contra bens especialmente protegidos	325
13.2 Edificações ou locais especialmente protegidos	327
13.3 Construção em solo não edificável.....	328
13.4 Pichamento ou conspurcação	329
14. Infrações contra a administração ambiental	331
14.1 Cadastro Técnico Federal	331
14.2 Empecilho à fiscalização	334
14.3 Imposição de obstáculos ao georreferenciamento	335
14.4 Descumprimento de embargo.....	337
14.5 Deixar de atender notificação ou exigência.....	338
14.6 Falta de relatórios ou informações ambientais	339
14.7 Omissão ou falsidade de informação	339
14.8 Compensação ambiental.....	341
15. Infrações cometidas em unidades de conservação.....	345
15.1 Introdução de espécies alóctones	345
15.2 Áreas delimitadas para criação de Unidades de Conservação	353
15.3 Pesquisa científica sem autorização em Unidade de Conservação	356
15.4 Exploração comercial de recursos de unidades de conservação	359
15.5 Utilização de imagens de unidades de conservação	359
15.6 Cultivo de OGMs em APAs ou zonas de amortecimentos.....	360
15.7 Desobediência aos regulamentos da unidade de conservação	363
15.8 Causar dano a unidade de conservação	365
15.9 Tentativa de dano à unidade de conservação.....	370
15.10 Agravamento das sanções no caso de unidades de conservação	371
16. Processo administrativo para apuração de infrações ambientais.....	373
16.1 Princípios e critérios do processo administrativo.....	374
16.2 Início do processo administrativo.....	376
16.3 Conteúdo do auto de infração	379

16.4	Autuação do processo administrativo.....	381
16.5	Vício sanável no auto de infração.....	389
16.6	Vício insanável no auto de infração.....	390
16.7	Medidas administrativas preventivas e acautelatórias.....	392
16.8	Impossibilidade da apreensão.....	394
16.9	Apreensão de animais em unidade de conservação.....	396
16.10	Utilização do material apreendido.....	399
16.11	Guarda e depósito dos bens apreendidos.....	400
16.12	Fiel depositário de bens apreendidos.....	401
16.13	Destinação de bens apreendidos.....	402
16.14	Embargo de atividades e áreas.....	409
16.15	Suspensão de venda ou fabricação de produto.....	412
16.16	Suspensão da atividade.....	412
16.17	Destruição de produtos, subprodutos e instrumentos ilícitos.....	413
16.18	Demolição de obras ou edificações.....	414
17.	Defesa contra auto de infração.....	419
17.1	Defesa contra autuação administrativa.....	419
17.2	Teses de defesa mais comuns.....	422
17.2.1	Legislação ambiental e desenvolvimento econômico.....	422
17.2.2	Sanção desproporcional ou confiscatória.....	423
17.2.3	Situação econômica do autuado.....	424
17.2.4	Registro da ocorrência na polícia.....	424
17.2.5	Presunção de veracidade.....	425
17.2.6	Processo administrativo e penal.....	426
17.2.7	Perícia técnica e oitiva de testemunhas.....	427
17.2.8	Competência do agente autuante.....	428
17.3	Local da apresentação da defesa.....	429
17.4	Conteúdo da defesa.....	430
17.5	Representação para a defesa administrativa.....	430
17.6	Rejeição sumária da defesa.....	431
17.7	Ônus da prova.....	432
17.8	Contradita e provas de convicção.....	433
17.9	Rejeição de pedido de provas ou diligências.....	434
17.10	Manifestação do órgão jurídico.....	435
17.11	Alegações finais.....	437
18.	Julgamento.....	441
18.1	Adequação da sanção no julgamento.....	441
18.2	Prazo para o julgamento.....	443
18.3	Motivação da decisão.....	444
18.4	Notificação do resultado do julgamento.....	445

19. Recurso	447
19.1 Instâncias recursais	447
19.2 Recurso de ofício	451
19.3 Efeito suspensivo do recurso	452
19.4 Alteração da sanção pela instância recursal	453
19.5 Recurso ao CONAMA	453
19.6 Requisitos de admissibilidade	455
19.7 Comunicação do julgamento do recurso	455
19.8 Notificação e atualização dos débitos	456
20. Destinação dos bens e animais apreendidos	457
20.1 Destinatários das doações	470
20.2 Destruição de produtos tóxicos, perigosos ou nocivos	470
20.3 Transferência de bens doados	471
20.4 Venda de bens apreendidos	471
21. Conversão de multa em serviços	475
21.1 Serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente	478
21.2 Danos decorrentes da infração	493
21.3 Requerimento da conversão da multa	494
21.4 Valor da conversão da multa e desconto pela adesão	496
21.5 Termo de compromisso de conversão da multa	499
21.6 Publicação do termo de compromisso	501
21.7 Conversão pleiteada com base em normas anteriores	502
21.8. Publicidade das sanções aplicadas	504
22. Competência da capitania dos portos	507
23. Normas complementares	509
24. <i>Vacatio legis</i> . Averbação de reserva legal	511
24.1 <i>Vacatio legis</i> . Embargos em reserva legal	511
25. Normas revogadas pelo Decreto 6.514, de 2008	515
26. Dispositivos do Decreto 6.514 revogados pelo Decreto 9.760, de 11 de abril de 2019	517
27. Conclusões	521
Bibliografia	523